

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 23/04/2018

- [TJPE instala Cica Cidadania para atendimento a crianças e adolescentes](#)
- [Programa Depoimento Acolhedor é tema de reunião](#)
- [TJPE promove debate sobre a importância da escola no combate à alienação parental](#)
- [TJPE promove fórum sobre direito de inclusão escolar de autistas](#)
- [Seguridade aprova inclusão de todos os crimes de pedofilia na Lei dos Crimes Hediondos](#)
- [Abertas inscrições para o III FOEJI](#)
- [Reino Unido faz campanha para proteger crianças do uso de redes sociais](#)
- [Comissão debate situação da primeira infância no Brasil](#)
- [Adoção - Ajustes preparam sistema da Justiça capixaba para expansão](#)
- [Número de vítimas de pedófilo recifense pode chegar a 200](#)
- [XXVI Congresso da Abraminj - inscrições abertas e vagas limitadas](#)
- [EPM e CIJ promovem o seminário sobre riscos na internet para crianças e adolescentes](#)
- [Programa Mãe Coruja realiza oficinas de estímulo à cultura e ao desenvolvimento infantil](#)

Assunto: TJPE instala Cica Cidadania para atendimento a crianças e adolescentes

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 23/04/2018



Desembargador do TJPE e presidente do TRE-PE, Luiz Carlos Figueiredo fala à audiência no auditório da CIJ

Um espaço voltado para a prestação de serviços a menores de idade atendidos no Centro Integrado da Infância e Juventude (Cica). Com esse intuito, nessa quinta-feira (19/4), foi inaugurado o Cica Cidadania iniciativa que tem como público-alvo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e sob acompanhamento de medidas protetivas ou socioeducativas pela 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital. Através do novo serviço, que funcionará em sala localizada no Edifício Desembargador Itamar Pereira, localizado à rua João Fernandes Vieira, 405, no bairro da Boa Vista, no Recife, haverá, para esses jovens, emissão de documentação civil básica, como Certidão de Nascimento, Registro Geral de Identificação (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e Prestação de Serviços (CTPS) e Título de Eleitor; inserção em cursos profissionalizantes e programas socioeducativos em meio aberto; e prestação de assistência jurídica.

O segundo vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Antenor Cardoso, acompanhou a solenidade de instalação da sala do Cica Cidadania, que contou com a participação do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e coordenador da Infância e Juventude (CIJ) do TJPE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, e do juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Paulo Brandão. O evento ocorreu no

auditório do CIJ e contou com a presença de juízes, promotores, militares, servidores e parceiros, que lotaram a audiência no local. O desembargador Antenor Cardoso declarou estar feliz em saber que o Poder Judiciário comanda uma iniciativa tão bela como é o projeto Cica Cidadania.

Para o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, “quando se resgata um jovem do abandono e criminalidade, ele se torna um exemplo para outros adolescentes. Esse é o objetivo central de programas da CIJ/TJPE, que inspiraram ações semelhantes em outros estados: Programa Acolher (antigo Mãe Legal); Adote um Pequeno Torcedor, iniciado pelo Sport do Recife; Programa Estrela-Guia; e Escola Legal, programa que conseguiu diminuir os índices de criminalidade nos bairros onde foi instalado”. Segundo o magistrado, ao fornecer de forma ágil um documento civil a um jovem, viabilizar judicialmente sua matrícula em uma escola, ou inseri-los em cursos e estágios, o Cica Cidadania transformará vidas também. Nesse sentido, o desembargador citou o programa Eleitor do Futuro, empreendido pelo TRE-PE, que possui o mesmo objetivo.



O juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude, Paulo Brandão, é o coordenador do serviço Cica Cidadania

O idealizador do Cica Cidadania e do Escola Legal, juiz Paulo Brandão, afirmou que a ação do TJPE em prol da Infância e Juventude está tornando “jovens coisificados em sujeitos de direito”. O magistrado também destacou a ação dos outros poderes e órgãos que atuarão no Cica Cidadania como Ministério Público; Defensoria Pública; Secretaria de Defesa Social, por meio de Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA); Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), através da Unidade de Atendimento Inicial (Uniai); secretarias estadual e municipal de Educação; Secretaria de Qualificação Emprego e Renda; Receita Federal; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas); Tribunal Regional Eleitoral, entre outros.

O juiz nominou de “heróis” àqueles que há mais de dez anos trabalham em parceria com o TJPE em prol das crianças e dos adolescentes. São eles, de acordo com o magistrado: o ex-governador

Eduardo Campos; o ex-presidente do TJPE, desembargador Nildo Nery; o desembargador Luiz Carlos Figueiredo; o governador Paulo Câmara; o prefeito do Recife, Geraldo Júlio; e a secretária de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, Ana Suassuna. Além das personalidades citadas, também compuseram a mesa do evento, a promotora da Vara Regional da Infância, Andrea Carla Reinaldo; e a representante da secretaria estadual de Educação, Janaína Laetitia.

História de vida – Sonho de ser policial um dia

A solenidade de instalação da sala Cica Cidadania foi iniciada com o depoimento de M.M., 18 anos, que cumpre medida socioeducativa desde janeiro de 2018 por ter participado de um furto. Atualmente, ele atua na Biblioteca do TRE-PE, está casado e mora com a esposa, a mãe e três irmãs no bairro do Ibura, localizado no Recife. Ele contou que seu sonho é continuar os estudos para prestar concurso para a Polícia Militar e se tornar policial da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam).

Em seu depoimento, o rapaz falou sobre sua experiência como usuário dos serviços do Cica, agradecendo a Deus e às autoridades presentes a oportunidade de se recuperar como pessoa e cidadão. “Estou aprendendo a ser educado e tendo a oportunidade de conviver em um mundo mais gentil e humano. Hoje sei que se a gente não conviver com pessoas melhores que nós, a gente vai para o buraco. Obrigado por acreditarem em mim”.

Assunto: Programa Depoimento Acolhedor é tema de reunião

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 23/04/2018



Entre os participantes da reunião, representantes do TJPE, do TRE-PE e da SDS

O programa Depoimento Acolhedor foi um dos assuntos discutidos durante reunião entre o coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, e o secretário de Defesa Social de Pernambuco, Antônio de Pádua. O encontro aconteceu na quarta-feira (18/4).

Com o propósito de amenizar o sofrimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes, o Depoimento Acolhedor realiza a oitiva de menores de idade em salas adaptadas. As unidades são chamadas de Central de Depoimento Acolhedor e estão presentes no Recife, em Camaragibe, em Caruaru e em Petrolina.

No local, a criança ou o adolescente é ouvido por profissional, especialista em técnica científica de coleta de testemunho, em espaço projetado e fisicamente isolado, através de sistema de áudio e vídeo, da sala de audiência convencional. O programa do TJPE é referência nacional e foi implantado em 2010. O artigo 11, da Lei 13.431/2017, promulgada em 4 de abril de 2017, determina que o depoimento especial deve ser regido "por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado".

A psicóloga do Depoimento Acolhedor do TJPE, Carmélia Mariana Cavalcanti, contou que “a Justiça quer garantir o cumprimento da nova legislação sobre o tema, exatamente para proteger as crianças e adolescentes”. Os presentes ressaltaram a importância de interiorizar ainda mais

o programa e qualificar a maior quantidade de pessoas possível, com o objetivo de reduzir ao máximo o sofrimento das crianças e adolescentes.

Assunto: TJPE promove debate sobre a importância da escola no combate à alienação parental

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 23/04/2018



O Centro de Apoio Psicossocial (CAP) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove o debate “A escola como aliada no combate à alienação parental”, no dia 24 de abril, das 8h às 12h, no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, no Recife. O evento vai contar com a participação de 400 profissionais que atuam nas escolas, como educadores e psicólogos, além de pessoas interessadas na temática.

O objetivo é discutir formas de enfrentar a alienação parental, por ser o ambiente escolar um dos locais em que o fenômeno é frequentemente identificado. As palestras serão ministradas pela chefe do CAP TJPE, a psicóloga Helena Ribeiro; a assistente social Ednalda Barbosa; e a psicóloga Lara Brasileiro, ambas também do Centro de Apoio do Tribunal. A psicóloga Renata Lima, atuante no Colégio Parnamirim, apresentará um relato de como a instituição trabalha as situações de alienação.

A Lei 12.318/2010 define a alienação parental como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou o adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com o genitor. Entre os sinais da alienação que repercutem no contexto escolar, estão: baixo rendimento, agressividade, frequência irregular, não cumprimento de normas, sonolência, apatia, não participação em atividades festivas, dificuldades de relacionamento e distúrbios alimentares.

Em casos de suspeitas de alienação parental, o CAP/TJPE orienta as famílias a procurarem órgãos de defesa da Infância e Juventude, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública de Pernambuco. O CAP funciona desde 1992, e vinculado administrativamente ao TJPE, desde 1998. A unidade presta assistência para as 12 Varas de Família e Registro Civil da Capital.

Em novembro de 2017, foi lançada a Cartilha de Orientação Contra a Alienação Parental. A publicação é uma parceria do TJPE, da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe),

Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-PE) e da Faculdade DeVry
Boa Viagem (DeVray/FBV).

Assunto: TJPE promove fórum sobre direito de inclusão escolar de autistas

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 23/04/2018



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove o fórum “Inclusão escolar é direito do autista e dever de todos”, na quinta-feira (26/4), das 8h às 17h30, no auditório do edifício Paula Baptista, localizado no bairro de Santo Antônio, no Recife. A atividade é uma realização da Escola Judicial (Esmape), do Memorial da Justiça e da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJ pernambucano. É aguardada a participação de 70 pessoas no evento.



No dia do fórum, pela manhã, serão realizadas as seguintes palestras: “O estatuto da pessoa com deficiência e o direito à educação”, apresentada pela presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJPE, juíza Roberta Barcala; e “Autismo e escola: barreiras e desafios”, proposta pela psicóloga e professora Luísa Gonçalves Pires. À tarde, serão abordados os seguintes temas: “O Transtorno do Espectro do Autismo e a importância da inclusão escolar”, com a coordenadora do grupo Super Mães, Paula Carolina Aleixo; e encerrando a programação, a palestra “Negativas de inclusão escolar em Pernambuco e a sua defesa na Justiça”, com a defensora pública Natalli Brandi.

Transtorno do Espectro Autista (TEA) – O autismo é um distúrbio multifatorial, que possui diferentes graus: leve, moderado e severo. As características são abrangentes e afetam os indivíduos nas áreas de interação social, comunicação e comportamento. A legislação brasileira estabelece o direito da pessoa com autismo de estudar em escolas regulares, na educação básica e no ensino profissionalizante, e, se preciso, solicitar um acompanhante especializado.

Assunto: Seguridade aprova inclusão de todos os crimes de pedofilia na Lei dos Crimes Hediondos
--

Fonte: Agência Câmara

Data: 23/04/2018



A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, na quarta-feira (18), o Projeto de Lei 1776/15, que inclui todos os crimes de pedofilia na Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90). A pena para esses crimes deve ser cumprida inicialmente em regime fechado e é insuscetível de anistia, graça, indulto e fiança.

Pelo texto do deputado Paulo Freire (PR-SP), passariam a ser hediondos os crimes de induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer outra pessoa sexualmente; praticar ato sexual na presença de menor de 14 anos a fim de satisfazer o próprio desejo ou de outra pessoa; produzir, vender, publicar, adquirir ou armazenar material pornográfico envolvendo criança ou adolescente; e ainda assediar criança a fim de praticar ato libidinoso com ela.

O relator na comissão, deputado Rôney Nemer (PP-DF), recomendou a aprovação da proposta. Ele lembrou que a Organização das Nações Unidas atribui aos Estados a obrigação de adotar medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais para proteger crianças contra atos que atentem contra sua integridade física e psíquica.

“Os crimes de pedofilia estão ligados à perversão sexual de um indivíduo adulto por uma criança, que é desprovida de qualquer elemento erótico. A criança, sujeito passivo do crime, não possui a capacidade de se proteger, nem compreender, os atos praticados contra ela”, afirmou o relator.

Lei atual

Das condutas caracterizadas como pedofilia, a Lei dos Crimes Hediondos inclui hoje apenas o estupro de vulnerável e o favorecimento da prostituição de criança, adolescente ou vulnerável.

Os outros crimes abrangidos pela lei atual são homicídio praticado por grupo de extermínio; homicídio qualificado; lesão corporal grave em algumas situações; latrocínio; genocídio; extorsão qualificada por morte; extorsão mediante sequestro; estupro; disseminação de epidemia que provoque morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais; e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

Na mesma reunião, foi rejeitado o Projeto de Lei 5322/16, que tramita em conjunto e trata de assunto semelhante. Rôney Nemer considerou a proposta principal mais abrangente.

Assunto: Abertas inscrições para o III FOEJI

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 23/04/2018



Estão abertas as inscrições para o III Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude de Sergipe (Foeji/SE), que acontece em 14 de maio de 2018, na Escola Judicial de Sergipe (EJUSE), localizada no 7º andar do Anexo Administrativo I do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Apoiado pela Abraminj, o evento é destinado aos magistrados da infância e da juventude do estado de Sergipe.

O encontro será de 8h às 13h e abordará as temáticas depoimento especial, aplicação de tornozeira eletrônica em adolescentes em conflito com a lei e fluxo de tramitação da ação de destituição do poder familiar.

Inscrições

O interessado pode se inscrever até dia 10 de maio. Acesso o link constante no site da Abraminj, para baixar o formulário (arquivo Word), preencher e enviar para: foeji@gmail.com. O interessado também pode acessar o App da Abraminj, no botão Eventos – III Foeji.

Site: <http://abraminj.org.br/noticia.php?id=2243>

Foeji/SE

O Foeji/SE foi criado em 15 de dezembro de 2014, com caráter permanente e autônomo, como uma instância de discussão e atuação composta por magistrados sergipanos com jurisdição ou interesse na matéria da infância e juventude.

Assunto: Reino Unido faz campanha para proteger crianças do uso de redes sociais

Fonte: Portal G1

Data: 23/04/2018



O Reino Unido procura proteger os menores do uso de redes sociais e, para isso, o ministro de Saúde britânico, Jeremy Hunt, afirmou neste domingo (22) que o governo não hesitará em endurecer as leis se essas plataformas não fizerem algo a respeito.

O ministro publicou uma carta no jornal britânico "The Sunday Times" dirigida a Facebook, Twitter, Instagram e Snapchat, na qual os acusou de "fazer vista grossa" quanto ao impacto que o uso tem sobre as crianças.

Hunt deu um prazo de um mês para que informem sobre as medidas tomarão para proteger os menores ou, caso contrário, antecipou que o ministro de Cultura, Meios de Comunicação e Esportes, Matthew Hancock, está considerando endurecer a legislação.

"Me preocupa que suas empresas pareçam satisfeitas com uma situação na qual milhares de usuários descumprem seus próprios termos e condições quanto à idade mínima de acesso", escreveu o responsável da pasta de Saúde.

"Temo que estejam fazendo vista grossa com toda uma geração de crianças que estão expostos aos danos efeitos secundários emocionais das redes sociais de forma prematura", acrescentou.

Algo que qualificou de "moralmente incorreto" e "profundamente injusto para os pais" que têm de enfrentar a desagradável "escolha" de permitir que as crianças utilizem "plataformas às quais são muitos jovens para acessar" ou "excluí-las da interação social que frequentemente estão tendo a maioria de seus companheiros".

Atualmente, a idade mínima para acessar o Facebook, Instagram, Twitter e Snapchat é de 13 anos, ainda que esta última conta com uma versão para menores de 13.

"Estou preocupado com os meus filhos, de 3, 6 e 7 anos, porque a excessiva dependência das redes sociais está sendo normalizada", lamentou o político, que pediu que as autoridades revisem o impacto destas tecnologias na saúde mental dos jovens.

A presidente do Real Colégio de Psiquiatras do Reino Unido, Wendy Burn, concordou com o ministro ao considerar que "o autoregulamento" das redes sociais neste terreno "fracassou".

Por sua vez, o diretor de políticas do Facebook, Karim Palant, manifestou que seu grupo dá "as boas-vindas ao compromisso do ministro de Saúde" e assegurou que "compartilha sua ambição de criar um ambiente seguro e de apoio para os jovens 'on-line'".

Na semana que vem, o ministro de Cultura, Meios de Comunicação e Esportes se reunirá com 17 representantes das redes sociais mais populares entre os menores de 18 anos, entre elas, Facebook, Google, Instagram, Snapchat, YouTube, Twitter, AskFM, Tumblr e Pinterest, para abordar este assunto.

"Se não pudermos confiar em suas políticas, deveremos tomar a ação e não duvidaremos em endurecer a lei", afirmou Hancock.

Este debate ocorre após o escândalo que envolveu o Facebook, ao ser revelada a filtragem de dados de milhões de usuários da rede social.

Assunto: Comissão debate situação da primeira infância no Brasil
Fonte: Agência Câmara
Data: 23/04/2018



A Comissão de Educação realiza nesta terça-feira (24) uma audiência pública para discutir a situação da primeira infância no Brasil. A primeira infância é um período do desenvolvimento infantil que vai de 0 a 6 anos de idade.

O debate foi proposto pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) para subsidiar os trabalhos da subcomissão permanente criada pelo colegiado para acompanhar as políticas públicas relacionadas à primeira infância na área educacional. Barbosa é relator da subcomissão.

Foram convidados para a audiência os representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Herton Ellery Araújo e Ana Luiza Machado Lima.

“A partir de uma exposição do Ipea, poderemos ter uma visão abrangente da situação da primeira infância no Brasil, diante dos enormes desafios que se colocam às políticas públicas, no sentido de se adequarem para garantir maior oferta de serviços de qualidade e o acesso a eles”, explicou o deputado.

Subcomissão

A subcomissão permanente foi criada no ano passado e tem como objetivos: constituir-se espaço de debates das políticas públicas voltadas para a primeira infância, sobretudo as educacionais; obter subsídios para aprimorar a legislação federal e políticas públicas atinentes à primeira infância; e acompanhar as metas e estratégias voltadas para a educação infantil presentes no Plano Nacional da Educação (PNE - Lei 13.005/14).

Assunto: Adoção - Ajustes preparam sistema da Justiça capixaba para expansão

Fonte: CNJ

Data: 23/04/2018



O Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu, esta semana, o servidor Divailton Teixeira de Machado, da Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ, que veio ao Estado para se reunir com técnicos da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TJES e com servidores da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) e fazer os últimos ajustes para que o sistema de adoção do Poder Judiciário Capixaba possa ser utilizado pelos tribunais de todo o País.

Isso porque, no ano em que completa 10 anos de existência, o Sistema de Informação e Gerência da Adoção (SIGA), implantado pela Corregedoria Geral (CGJ), do Poder Judiciário do Espírito Santo, foi escolhido como modelo para o desenvolvimento do novo Cadastro Nacional de Adoção.

Para o Secretário de Tecnologia da Informação, Carlos Vinícius de Arimatea, a participação do servidor da Corregedoria Nacional está sendo essencial para a concretização dos trabalhos: “Este apoio está sendo fundamental, porque além da parte técnica, está facilitando o contato com outros tribunais e até mesmo com outros órgãos”.

Ainda segundo Arimatéa, uma equipe técnica formada por servidores do TJES e de outros tribunais de justiça está trabalhando em conjunto para aprimoramento do sistema: “Neste momento, temos analistas dos tribunais de justiça do Paraná, de Rondônia, da Bahia e de São Paulo, além da equipe da CEJA e da STI. Montamos uma força tarefa com apoio desses tribunais, que estão vindo ao Espírito Santo para preparar a ferramenta para ser disponibilizada em nível nacional”, destacou.

De acordo com Divailton Machado, o momento é de customização do SIGA, para que ele se transforme num sistema nacional. Segundo ele, o sistema foi avaliado por um grupo de juízes, servidores, que fizeram um trabalho de levantamento de funcionalidades desse sistema para saber se ele poderia atender aos outros estados, tendo em vista que cada Estado tem uma particularidade, uma forma de trabalhar. “Neste momento estamos finalizando a implantação dessas funcionalidades para termos uma primeira versão do sistema funcionando. ”

O servidor também trouxe uma ótima notícia, de que a partir de agora os trabalhos contarão com o auxílio direto da Secretaria de Tecnologia de Informação do Conselho Nacional de Justiça. “Ainda estamos ajustando como será essa participação, mas o que já temos certo é que essa versão do SIGA vai ser a versão que nós vamos lançar como sendo a versão nacional. Enquanto durar o projeto piloto, ele ficará no TJES. Posteriormente, esse apoio do CNJ pode ser muito importante no sentido de melhorar o sistema. ”

Segundo Maria Inês Valinho, coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), a participação de representantes da Corregedoria Nacional de Justiça é muito bem-

vinda: “É importante termos o olhar do CNJ para o nosso trabalho, para dizer se estamos no caminho certo”, destacou.

No dia 27 de fevereiro deste ano, o coordenador nacional da informática do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Marcelo Gobbo Dalla Dea, esteve no TJES, acompanhado da juíza auxiliar da Corregedoria do CNJ, Dra. Sandra Silvestre, para iniciar os trabalhos de aprimoramento do sistema, que precisa passar ainda por alguns ajustes para que possa ser utilizado por outros Tribunais.

Na ocasião, o desembargador Marcelo Dea explicou que o Conselho estava procurando um sistema de cadastro de adoção e de gerenciamento de dados e o estado do Espírito Santo tinha o mais ágil e flexível do país.

O Desembargador Marcelo Dea e a juíza Sandra Silvestre devem retornar ao TJES na próxima segunda-feira, para realizar a homologação do trabalho que está sendo feita pela equipe técnica, ou seja, ver se o que já foi realizado atende aos objetivos do CNJ.

O sistema, implantado em 2008 pela Corregedoria Geral da Justiça do Espírito Santo (CGJ-ES), é um cadastro único disponibilizado a todos os Juízos e Ministério Público com competência na área da Infância e da Juventude no Estado. Contém as informações de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, em condições ou não de inserção em família substituta, sob guarda com fins de adoção, bem como as informações sobre os pretendentes habilitados à adoção e de todas as instituições de acolhimento e famílias acolhedoras do Estado.

O SIGA/ES permite o acompanhamento efetivo da situação de cada criança ou adolescente acolhido, em guarda concedida à família extensa ou nos estágios de convivência para fins de adoção. É uma ferramenta simples e eficaz que oferece visibilidade, agilidade e transparência nos procedimentos necessários para a definição jurídica das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco.

O projeto foi desenvolvido por servidores da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-ES) e da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TJES. O servidor da STI Ricardo Guidoni Nascimento, que em 2012 desenvolveu a última versão, trabalhou em conjunto com a equipe da CEJA, composta por Maria Inês Valinho de Moraes, Dianne Wruck; Isabely Mota, Nathalia Fernandes, Luciana Melo e Helerson Elias Silva.

Assunto: Número de vítimas de pedófilo recifense pode chegar a 200

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 23/04/2018

jornal do commercio

O número de vítimas aliciadas pelo recifense de 27 anos para enviar fotos e vídeos pornográficos através da internet pode chegar a 200. Com perfis falsos na rede social, ele se passava por uma mulher, e após conseguir as imagens, chantageava as vítimas. Até o momento estão confirmados 123 menores no Brasil e no exterior que enviaram arquivos de imagem e/ou vídeo contendo material pornográfico para os cinco perfis criados pelo homem. O assistente administrativo, residente na Imbiribeira, Zona Sul do Recife, foi preso na última quinta-feira (19) e está preso preventivamente no Cotel.

Ele é suspeito de, através de conversas pelo Messenger, aliciar menores para que produzissem e lhe enviassem material pornográfico. No geral, as vítimas são adolescentes do sexo masculino. Para conseguir as imagens, ele se passava por uma mulher. Nas conversas, a 'mulher' indicava que, em um momento posterior, também enviaria fotos suas sem roupa, com a promessa de fazer sexo com as vítimas.

Reincidente

Em setembro de 2014, ele já havia sido preso pela Polícia Civil praticando o mesmo crime e obrigando um adolescente a pagar R\$ 500 para que conteúdos pornográficos não fossem divulgados. A PF também verificou que, mesmo cumprindo pena em regime semi-aberto, o homem chegou a praticar os crimes investigados a partir do Presídio Agroindustrial São João (PAISJ), em Itamaracá, no Grande Recife. Atualmente, ele estava em regime aberto.

Operação Perro

A operação que prendeu o homem foi batizada de 'Perro'. Dez policiais federais, distribuídos em duas equipes, deram cumprimento ao mandado de prisão e dois mandados de busca e apreensão, um na Imbiribeira e outro em Boa Viagem, com o objetivo de apreender computadores e equipamentos eletrônicos e mídias digitais com potencial de armazenamento de imagens e vídeos que contenham material com pornografia infantil.

A PF chegou até o assistente administrativo de 27 anos após receber informações do Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas, no Estados Unidos, que indicavam a existência de ocorrências relacionadas à difusão e armazenamento de material pornográfico infanto-juvenil na internet.

No momento da prisão, o suspeito teve o seu celular apreendido. Através de uma perícia preliminar, ficou constatada a existência de inúmeras fotos e vídeos de pornografia infantil e registros do suspeito orientando os jovens a fazerem poses pornográficas, por meio de um aplicativo de gravação ao vivo. Também foi encontrado no aparelho conteúdo pornográfico armazenado três horas antes da prisão.

Assunto: XXVI Congresso da Abraminj - inscrições abertas e vagas limitadas

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 23/04/2018



A Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude – Abraminj realiza seu 25º congresso nos dias **11** (8h as 18h) e **12 de junho de 2018** (9h as 17h), em Brasília-DF. Essa edição é ainda mais especial pois celebra o cinquentenário da Abraminj, criada em outubro de 1968, e também porque haverá eleição para a diretoria sucessora, cuja convocação se deu com edital divulgado em 6 de abril nos canais de comunicação da entidade.

Para marcar e abrigar a ocasião histórica, a Abraminj traz palestrantes de renome, como o psiquiatra, psicoterapeuta e escritor Augusto Cury; o ativista indiano e prêmio Nobel da Paz de 2014, Kailash Styrarhi. Outras personalidades estão sendo confirmadas e serão divulgadas em breve com a programação. A Abraminj também reserva outras boas surpresas para o evento.

As vagas são limitadas!

INSCRIÇÕES

Para se inscrever, acesse o site da Abraminj, baixe o formulário (formato Word), preencha e envie para congresso.abraminj@gmail.com e aguarde a sua confirmação por e-mail. As inscrições também estão disponíveis no aplicativo da Abraminj no botão CONGRESSO ou no botão EVENTOS.

HOSPEDAGEM

- O Mercure Brasília Líder Hotel, onde se situa a sede da associação e será o evento, oferece tarifa especial aos participantes, mediante identificação do evento, no valor de R\$ 200,00 (*single*) e R\$ 249,00 (*double*).
- A reserva para hospedagem no Mercure Brasília Líder Hotel deverá ser efetuada diretamente com o estabelecimento pelos telefones (61)3426-4030 ou (61)3426-4080.

PROGRAMAÇÃO

Em breve será confirmada. Haverá atividades no dia 11/6, de 8h as 18h, e 12/6, de 9h as 17h.

Assunto: EPM e CIJ promovem o seminário sobre riscos na internet para crianças e adolescentes

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 23/04/2018



A EPM e a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo realizaram no dia 19/4/2018, no Fórum João Mendes Júnior, o seminário **Brincadeiras perigosas: a internet e os riscos à integridade física de crianças e adolescentes**. A abertura dos trabalhos ficou a cargo do coordenador da Infância e da Juventude do TJSP, desembargador Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa. O desembargador Antonio Carlos Malheiros, integrante consultor da CIJ, conduziu os trabalhos.

Iniciando as exposições, a advogada Alessandra Borelli, diretora executiva da Nethics Educação Digital, falou sobre o papel da família e da escola na educação digital de crianças e adolescentes. Ela salientou que atualmente o primeiro acesso à internet acontece com menos de seis anos de idade e as crianças e adolescentes ficam expostos a milhares de vídeos, onde aprendem desafios que podem resultar em danos físicos graves e até mortes. Ela chamou a atenção sobre a falta de informações sobre o assunto entre os adultos e frisou a importância de não se omitir. “Embora as crianças tenham muita habilidade com a tecnologia, têm pouca maturidade, por isso cabe a todos nós conversar com elas e observar o seu comportamento”, ponderou.

Demetrio Jereissati, fundador e diretor presidente do Instituto DimiCuida, que atua na prevenção e esclarecimento sobre o tema, informou que criou o instituto depois que seu filho perdeu a vida praticando o jogo do desmaio, em 2014. Ele salientou que um dos objetivos do instituto é ter um filtro na internet para esses conteúdos. “Hoje o ídolo dos adolescentes não é mais jogador de futebol, é ser youtuber”, ressaltou. Ele revelou que em 2010 havia 500 vídeos com o tema ‘brincadeira do desmaio’ e hoje já existem 26.600, mencionando ainda os elevados números de vídeos de outros desafios perigosos. “Temos a ilusão de que o lugar mais seguro para os nossos filhos é nos seus quartos, mas hoje é o lugar mais perigoso”, ponderou. Demetrio Jereissati afirmou ainda o objetivo de realização de autópsia psicológica nas vítimas das brincadeiras, para diferenciar a ocorrência do suicídio. “É muito importante saber o real motivo e fazer estatísticas corretas, porque sem elas não trabalhamos a prevenção”, concluiu.

Fabiana Vasconcelos, psicóloga clínica e integrante do Comitê de Educação e Ciência do Instituto DimiCuida, observou que as crianças e adolescentes vítimas dessas “brincadeiras” não estão focadas em perder a consciência e desmaiar: “eles pensam que é uma brincadeira, porque o jogo é apresentado para eles em caráter de surpresa”. Ela explicou que somente após os 25 anos de idade o córtex pré-frontal, mecanismo de filtro, está totalmente formado e descreveu os sinais que podem indicar a prática das brincadeiras perigosas.

Os advogados Rony Vainzof e Caio César Carvalho Lima discorreram sobre as questões legais envolvendo a remoção de conteúdo na internet à luz do Marco Civil. Rony Vainzof salientou que as plataformas devem dar uma resposta rápida sobre o pedido de remoção de vídeos ou

denúncia, e ressaltou que o Judiciário deve ser usado em uma segunda instância. Ele esclareceu que é possível informar às marcas das empresas vinculadas aos vídeos, como forma de pressionar as plataformas a não admitir esse tipo de conteúdo. Caio Lima ressaltou que hoje os provedores de internet não são responsáveis por conteúdo gerado por terceiros, mas, a partir da ordem judicial para retirada do conteúdo inicia-se a sua responsabilidade. Ele enfatizou que os mecanismos de denúncia devem ser efetivos e que a remoção pode ser feita sem ordem judicial e informou que há diversos projetos de lei que buscam ampliar a responsabilidade dos provedores. Ele salientou que a identificação do conteúdo não deve ser feita somente através da URL, mas do “hash” que mapeia o conteúdo, evitando-se assim a sua reinserção na plataforma em outra URL.

Assunto: Programa Mãe Coruja realiza oficinas de estímulo à cultura e ao desenvolvimento infantil

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 23/04/2018



Fortalecer a prática do brincar e a vivência em atividades culturais. Esse foi o objetivo do projeto “Cultura nos Cantos”, realizado pelo Programa Mãe Coruja Pernambucana em parceria com a Secretaria de Cultura de Pernambuco, nos dias 18 e 19 de abril.

Através de oficinas, ocorridas nos municípios de Parnamirim, Terra Nova, Moreilândia e Exu, no Sertão, o projeto agregou mulheres, gestantes e crianças em vivências com o intuito de associar a importância do lúdico ao desenvolvimento cultural e social e afetivo das crianças.

Na oficina “É Brincando que se Aprende”, os participantes puderam vivenciar aspectos do universo da palhaçaria, tendo-se em vista a compreensão do lúdico como canal potencializador da autoestima, superação e expressão artística. A atividade, que ocorreu nos municípios de Parnamirim (18) e Moreilândia (19), foi ministrada pela arte educadora, jornalista e atriz, Ana Nogueira.

A oficina incluiu rodas de conversa, jogos de interação e improviso, dublagem e criação de coreografias em grupo, compartilhamento de histórias e experiências pessoais, entre outras dinâmicas. “O encontro foi muito proveitoso porque através da brincadeira a criança pode aprender, conhecer sobre os animais, melhorar a locomoção, a forma de caminhar, os passinhos, aprender a contar”, avaliou a participante Maria de Fátima da Silva, mãe do bebê Miguel, de Parnamirim. “A brincadeira serve não apenas para os pequenos, mas também para incluir os maiores que estão em casa. A gente brinca também com os nossos filhos”, completou a agente comunitária de Saúde, Márcia Marclides de Vasconcelos, que também participou da oficina acompanhada da bebê Nadrine, também de Parnamirim.

Já na oficina “Família: Coração Cheio de Memórias e Poesia”, a proposta consistiu em promover a convivência em família e sociedade, o fortalecimento dos vínculos e memórias afetivas, através do uso da música, poesia, e danças como ciranda. A atividade foi realizada nos municípios de Terra Nova (18) e Exu (19), sendo ministrada pela contadora de histórias Adélia de Oliveira. “Foi um momento ímpar no qual nós tivemos a oportunidade de brincar com nossos filhos e também de interagir com outras mães e com outras crianças. Desejamos que esse momento aconteça mais vezes”, afirmou a participante e mãe coruja de Moreilândia, Ana Heloísa Pereira da Silva.

O professor do Círculo de Educação e Cultura (CEC) de Moreilândia, Wellington de Oliveira, veio conhecer a oficina para adotar em suas aulas, junto às famílias do município, a importância do brincar. “O programa tem avançado muito em nosso município, graças à evolução do olhar para o desenvolvimento da primeira infância”, disse.

Segundo a coordenadora do Mãe Coruja para a 9ª Gerência Regional de Saúde (Geres), Leônia Carvalho, o resultado das oficinas foram positivos porque complementam as ações do Mãe Coruja voltadas para o desenvolvimento da criança. “As mães entenderam o sentido da atividade porque muitas declararam que irão tirar um tempo para brincar com seus filhos. Várias participantes revelaram também que resgataram a criança dentro delas. Algumas mães tiveram mais dificuldade de interagir, mas permaneceram até o fim da atividade acompanhando a ação. Brincar não é apenas um passatempo”, avaliou.